

Joelmir Beting

ECONOMIA-BRASIL

O primeiro Cruzado

A primeira reforma econômica por decreto — ponto de partida do processo de transformação da economia sem data marcada — surpreendeu o Brasil na virada do século. Ela começou por um choque não muito ortodoxo de saneamento da moeda nacional. Na época, a moeda era índice de avaliação da honra nacional.

O processo de saneamento começou em 1898 pela presença mágica do ministro Joaquim Murtinho — que só não é apostila nas escolas de economia do mundo ocidental porque Brasil, trabalhou no Brasil, teorizou no Brasil — e não em algum reduto da aristocracia acadêmica nos dois lados do Atlântico Norte.

Banco na mira

Mal empossado no cargo de Chanceler do Tesouro, que ele chamava de «Monarca dos Entulhos», Joaquim Murtinho disparou um vigoroso «pacote econômico», politicamente atrevido. A palavra de ordem era a de acabar, em rito sumário, com a especulação financeira do setor bancário.

Ministro de Campos Sales, Murtinho entendia que o Brasil da virada do século não poderia tolerar uma economia meramente escritural. Era preciso promover o refluxo da poupança nacional do mercado de papéis e de divisas para o mercado de produtos e de serviços.

Primeira reação do sistema: o desmonte da inflação para qualquer coisa igual a zero, custos e preços em estado de hibernação. E o efeito complementar: o chamado «pânico bancário» de 1900. Com o sistema financeiro, classe privilegiada pelos cochilos republicanos, experimentando uma quebra de cascata.

O «Czar» Murtinho lavou as mãos enluvadas: «Que se quebrem todas as casas bancárias, desde que se salvem todas as fábricas, empórios e fazendas...»

Desvio secular

Assombração secular, o histórico da inflação brasileira, fenômeno físico da economia hoje convertido em estado de espírito da sociedade, tem vários pesquisadores. Um deles, Cláudio Roberto Contador, economista do Ipea, produziu uma série histórica do custo de vida na cidade do Rio de Janeiro que começa pelo ano de 1861.

Por quê 1861? Porque o último dado retroativo disponível e confiável na contabilidade econômica do Brasil ou do Rio, capital do Império.

Até a proclamação da República, em 1889, a inflação não se atrevia a ultrapassar a barreira dos 25% a. Em 1898, por exemplo, o índice estava situado na margem de 16% abaixo de zero.

Sem expurgo

Duas decisões legislativas abalaram o sistema de preços, com reflexos virulentos a partir de 1889. O choque maior foi o da Abolição da Escravatura, vulgo mão-de-

obra quase de graça (contabilize-se o custo da senzala). A decisão alterou o sistema dos preços agrícolas dentro de uma economia essencialmente rural. Os usineiros do Nordeste, por exemplo, retaliaram os abolicionistas do Sul com forte remarcação dos preços do açúcar e da aguardente. Mais rapadura e melaço.

Só faltou, no dia 13 de maio de 1888, um economista de plantão, com doutorado em Oxford, para recomendar o expurgo do fator abolição da escravatura no cálculo do índice de variação dos preços.

Moeda falsa?

Segunda medida que abalaria a plácidez dos valores econômicos: a lei bancária de 1888. Ela facultava aos bancos privados a função espetacular de autêntica Casa da Moeda, com poder de emissão de numerário, sob a forma de cédulas fiduciárias com garantia real (ou Imperial) do próprio banco.

Naquele tempo, assinatura de empresário era fio de bigode cobrado a golpes de alfange.

A lei bancária recepcionou a Proclamação da República; no final do ano seguinte, com uma inflação monetária para nenhum Jacques de Larostère botar defeito: os bancos brasileiros, transformados em fabricantes de moeda sem lastro em produto, decisão de domínio privado — e temos bisnetos ricos até hoje — mandaram o pau-na-máquina (de impressão de cédulas e de cunhagem de patações) e multiplicaram a tal de «base monetária» de 3,6 vezes em apenas 13.3'3'.

Alguns autores, como Gilberto Freyre, identificam exatamente aí a expressão popular do «pau-na-máquina».

Em cartório

Resultado: o encilhamento de 1890, inflação brasileira registrando, no ano anterior, a marca fantástica, recorde mundial, de 82% ao ano, claro, sem a firma reconhecida do IBGE, mas tudo bem.

Removida a monarquia perdulária (e inflacionária), o Brasil inaugurou a instituição cartorária — para um mínimo de fé pública na avaliação de uma catástrofe secundária: a quebra de cascata da economia concordatária.

Os cartórios cuidam da quebra de cascata até hoje.

Sacudidos por remarcações de preços de 82% ao ano, fazendeiros e manufatureiros entraram em pânico, de mãos dadas, diante de um presidente republicano mal empossado. O Marechal Deodoro, mais perpétuo que os serviços da residência imperial de Petrópolis. Em bloco, eles rejeitaram o papel-moeda em circulação, título fiduciário sem garantia real, e se confessaram fisicamente inadimplentes, sem uma gota de liquidez para encomendar polainas em Paris ou marmores em Carrara.